

# Défice orçamental e dívida pública

“No que todos concordamos é que há que controlar o défice, que não se pode continuamente gastar acima das receitas, sob pena de grande parte dos recursos financeiros do país serem canalizadas para pagar a dívida pública”

JOÃO ANTUNES

Consultor da CTOC



Agora que tanto se discute o défice e há um debate político aceso sobre o défice orçamental, nunca se ouve falar do que está subjacente ao seu controlo e porque a União Europeia impõe aos seus Estados Membros um apertado controlo orçamental.

O défice orçamental significa que as despesas são superiores às receitas públicas do Estado em determinado ano e torna-se necessário financiá-lo, através da emissão de certificados de dívida pública (as obrigações do Tesouro, por exemplo) assim como através de financiamentos internacionais. O défice pode também ser financiado através da venda de activos do Estado. Existe também um último recurso, que é o da emissão de moeda, que é totalmente impossível para o Estado Português, dado que não detém o controlo da sua política monetária, com a entrada na zona euro.

Ora, quando uma economia apresenta défices orçamentais continuados e sem controlo, muitos recursos financeiros são canalizados para o seu financiamento, recursos esses que não serão aplicados na produção de riqueza na economia real.

Quando o Estado emite dívida pública ou se financia no exterior, está a criar e a aumentar a dívida pública que nada mais é do que o somatório dos encargos financeiros (juros e amortização da dívida) relativos aos vários défices orçamentais acumulados. Défices orçamentais excessivos, ou seja, gastar mais do que as receitas obtidas está igualmente relacionado com o aumento do nível dos preços (inflação) porque causa uma grande pressão nos preços e é precisamente isso que o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que teve como mentor a Alemanha, pretende prevenir e evitar.

Em termos económicos, uma política orçamental expansionista, com o inevitável aumento da carga fiscal e o aumento da procura, gera pressão nos preços e tendência para o aumento da inflação.

Em linguagem simples, o financiamento do défice implica a canalização de recursos financeiros do país para pagar a dívida pública, ou seja, o gasto improdutivo de recursos. Contudo,

um défice gerado por investimento público produtivo (obras públicas) ou para apoiar a investigação e desenvolvimento pode vir a gerar mais riqueza que irá, no final, pagar esse défice.

O difícil está em saber qual a medida exacta desse défice medido em função do PIB, que é a riqueza produzida por um país em determinado ano. Para o Pacto de Estabilidade e Crescimento, essa medida foi fixada em 3% do PIB para o défice orçamental e em 60% do PIB para a dívida pública, muito embora

Quando o Estado emite dívida pública ou se financia no exterior, está a criar e a aumentar a dívida pública que nada mais é do que o somatório dos encargos financeiros

já se ouça falar que, face à instabilidade financeira actual, irá haver flexibilidade por parte da UE no controlo destas metas.

No que todos concordamos é que há que controlar o défice, que não se pode continuamente gastar acima das receitas, sob pena de grande parte dos recursos financeiros do país serem canalizadas para pagar a dívida pública.

Estas matérias não são, infelizmente, explicadas pelos políticos à população, porque todos entendemos que não se deve gastar, em excesso, mais que as receitas obtidas.

Porque tanto se fala em controlar o défice orçamental? Porque o descontrolo das despesas face às receitas públicas vai ter de ser financiado, desviando recursos do sector produtivo da economia para o sector público, causando aumento dos impostos e pressão nos preços com o aumento da inflação e, em última instância, não promovendo o crescimento económico. O grande desafio é saber qual o limite adequado de défice para cada Estado. O limite adequado para a Alemanha pode não ser o mesmo para Portugal.